

“Espíritos de prodigioso valor”: a importância da ciência nos projetos intelectuais da Academia Brasílica dos Esquecidos – Bahia, 1724

“Espíritos de prodigioso valor:” The role of science in the intellectual project of the Academia Brasílica dos Esquecidos – Bahia, 1724

BRUNO MARTINS BOTO LEITE

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE

RESUMO A pedido do rei português D. João V, o Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, erige uma academia de historiadores responsável por coletar informações sobre os domínios americanos da coroa portuguesa. A Academia Brasílica dos Esquecidos, organizada no ano de 1724 em Salvador, Bahia, contou com a presença de letrados que fizeram, naquele momento, a vez de intelectuais. Dentre eles, o chanceler do Tribunal da Relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo, foi o responsável pela elaboração de uma dissertação e respeito da natureza – geografia, céu, clima e zoologia – brasileira em que dispôs de novos elementos culturais fundamentados pela cultura das escolas jesuíticas espalhadas pelo território brasileiro. Com base no estudo da *Dissertação de história natural* do jurista lisboeta do tribunal brasileiro observaremos a singularidade e a novidade da cultura científica presente naquele lugar de saber da Bahia setecentista.

Palavras-chave Portugal (Época Moderna) – império português – academias literárias – letrados – intelectuais

Abstract *By request of the Portuguese king John V, the Viceroy of Brazil, Vasco Fernandes César de Meneses, built an academy of historians, whose aim was to collect historical information about the Portuguese possessions in the Americas. The Academia Brasílica dos Esquecidos, founded in 1724 in Salvador, Bahia, was formed by important figures, intellectuals and politicians. Among them was the chancellor of the High Court of Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo, who was responsible for writing a dissertation about the Brazilian nature, where he disposed of new cultural principles which were probably transmitted by the Jesuits and their schools in Brazil. Through the study of the manuscript *Dissertação de história natural* written by this Portuguese magistrate, we observe the singularity and the novelty of the scientific culture present in that place of knowledge in eighteenth-century Bahia.*

Keywords *Portugal (early modern) – Portuguese Empire – literary academies – men of letters – intellectuals*

Introdução

No início do ano de 1724, o chanceler e ouvidor do Tribunal da Relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo, proferia no âmbito da Academia Brasílica dos Esquecidos, academia cuja finalidade era a produção de uma história do domínio americano de Portugal, um discurso sobre a história natural. O discurso versava sobre a terra, a natureza, os seres e os indígenas do território português.

Tal discurso, muito mal avaliado pela historiografia que se ocupou do documento em questão, era carregado de teorias, paradigmas interpretativos, mundividências, debates e controvérsias de grande importância para a cultura do domínio português dos trópicos americanos. Além do que, o discurso de Brito e Figueiredo era marcado por temáticas e questões de grande relevância para o conhecimento produzido em estreita relação com a prática efetiva do domínio e conquista dos portugueses no Brasil. Temas, como aquele da “descoberta” do território, da característica da natureza do local, dos antípodas, da natureza dos indígenas e outros, eram elencados pelo autor em seu discurso com soluções muito precisas para aqueles debates.

Esses discursos apresentavam-se como um empreendimento abstrato, teórico, mas constituíam-se, também, como uma importante prática discursiva que apontava para a atuação intelectual, e, portanto, política, daqueles agentes envolvidos no projeto cultural da Academia dos Esquecidos no contexto de inícios do século XVIII. Estes agentes, é importante frisar, estavam estreitamente ligados aos atores políticos portugueses.

O contexto intelectual de Portugal e seus domínios naqueles tempos era representado por uma reviravolta cultural, um momento de ruptura com determinadas orientações filosóficas e sentimentos religiosos que contradiziam as tendências até então vigentes. Para além de um forte sentimento regalista¹, onde a ingerência do rei em assuntos eclesiásticos ia ganhando mais terreno, o impacto da ciência moderna vinha fazendo-se sentir em Portugal desde a segunda metade do século XVII² juntamente com um novo sentimento religioso de sabor marcadamente platonicizante e crítico da tradição tomístico-aristotélica propagada não só pelos padres da Companhia de Jesus como também pelos dominicanos que compunham as fileiras da Inquisição portuguesa. Novos projetos filosófico-teológicos despontavam no panorama cultural português.

Nesse cenário inusitado, a emergência de movimentos culturais, tais como aqueles encabeçados pelos oratorianos, teatinos, agostinianos e franciscanos, muitas vezes contrários aos jesuítas, tornavam-se mais e mais frequentes. Dentre estes, a empresa do teatino Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) merece ser ressaltada.

Em 1710, este membro do clero português em viagem pela Europa, dirigiu-se às mais importantes bibliotecas italianas, em especial aquela florentina organizada pelo famoso bibliotecário Antonio Magliabecchi (1633-1714), e juntou informações de relevo para a escrita de uma história da Ordem dos Clérigos Regulares. Diante desse desígnio, decide ampliar o seu projeto para a escrita de uma história da igreja em Portugal, ou mesmo para a escrita de uma história da *Igreja portuguesa*. Qual proposta é aceita e incorporada pelo rei D. João V, que o incumbe de organizar uma academia de história cujo objetivo fosse a escrita de uma história, não mais da Igreja portuguesa, mas sim do império português.

O projeto historiográfico do padre Manuel Caetano de Sousa era baseado na escrita da *Italia Sacra* pelo cisterciense italiano Ferdinando Ughelli, proposta de história religiosa orientada pelo projeto dos historiadores mauristas³. A esse projeto inicial, vinha contraposto pelo rei e seus acadêmicos, outro projeto também marcado pela crítica historiográfica, mas mais orientado por uma visão mais regalista, ou mesmo jansenista, como era a do francês Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont e as suas *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles* (1693-1712). O modelo das *memórias* foi aquele usado pela Academia Real durante o tempo de sua vida⁴.

A *Academia Real de História Portuguesa*, dentre as muitas políticas culturais propostas pela coroa de Portugal⁵, é então fundada em Lisboa, no dia 8 de dezembro de 1720, numa das salas do palácio dos duques de Bragança. Sob a divisa *Restituet omnia*, que fazia clara alusão ao projeto de escrita de uma história do império português, o rei incumbiu importantes figuras, como os teatinos Antônio Caetano de Sousa e Rafael Bluteau, de organizar a documentação primária existente para a confecção do projeto.

Contudo, os documentos existentes em Portugal e os intelectuais sediados no palácio bragantino não eram suficientes para a escrita da história de um império tão vasto como o português. Diante disso, buscou-se ampliar o projeto para fora do reino, procurando atingir também os demais domínios da coroa portuguesa, como aquele americano⁶.

E a Academia Brasílica dos Esquecidos aparecia, nesse contexto, como parte integrante ou como desdobramento desse mesmo movimento cultural empreendido pelo centro do poder português daqueles tempos⁷. A nova política

cultural, como dissemos, não era baseada num regalismo incrédulo, ao contrário, a questão religiosa fazia-se ainda fortemente presente, mas o princípio do sentimento religioso ali apresentado diferia daquele professado e propalado tradicionalmente pelos padres da Companhia de Jesus. O que não quer dizer que as novidades aventadas no interior da ordem jesuítica não tivessem, também ela, lugar na cultura portuguesa daqueles tempos⁸.

A nova academia brasílica, braço daquela portuguesa e docilmente estruturada sob o governo joanino, bebia da influência cultural dos padres da Companhia de Jesus, cujas escolas de filosofia e teologia no Brasil tinham um lugar bastante central na vida cultural da América daqueles tempos. Assim, apesar de emergir deste novo sentimento cultural que eclodia em Portugal, a Academia Brasílica dos Esquecidos era fortemente devedora da cultura produzida e propalada pelos jesuítas, seja ela marcada ou não pela tradição aristotélico-tomista.

Assim, os elementos do discurso de Caetano de Brito e Figueiredo eram orientados nessa nova direção cultural, mas guardavam muitos elementos da cultura e do ensinamento dos jesuítas no Brasil colonial. A análise de seu escrito pode mostrar ao leitor diversos indícios do que estamos afirmando: como a nova forma retórica e crítica ali empregada, tão bem estudada pela historiadora Íris Kantor, o amplo recurso a debates científicos e filosóficos já conhecidos e amplamente estudados pelos jesuítas no Brasil em suas escolas, o teor das soluções ali propostas e muitos outros elementos.

Pretendemos com este estudo avaliar, de modo geral, a importância do estudo da história natural feita pelo chanceler Caetano de Brito e Figueiredo levando em conta a sua relação com a cultura científica daquele período e a relevância gnosiológica daqueles escritos como meio de legitimação de práticas intelectuais. Contudo, antes de adentrar na análise do documento, convém melhor detalhar o contexto de sua produção: a história da Academia Brasílica dos Esquecidos, a biografia de Caetano de Brito e Figueiredo e sua inserção entre os acadêmicos.

A Academia Brasílica dos Esquecidos, história de um lugar de saber na Bahia setecentista

A Academia Brasílica dos Esquecidos desponta no cenário cultural brasileiro, como dissemos, como uma ação da política cultural oriunda do governo português, em especial do Rei D. João V, de modo a complementar os estudos históricos que se levavam em Portugal sob os auspícios da Academia Real de História Portuguesa, fundada pelo mesmo rei em 1720. Por via de uma carta emitida ao vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses de 31 de março de 1722, o rei demandava que o representante da coroa fundasse uma academia sob sua proteção para que nela se escrevesse a “história portuguesa, eclesiástica e secular do reino e suas conquistas”.⁹

O Vice-Rei Vasco Fernandes teria convocado, por meio de cartas, sete personagens da alta cultura da época para compor uma academia *savante* que funcionaria como aquela portuguesa. Os sete convocados pelo Vice-Rei eram: o padre Gonçalves Soares da Franca (conhecido entre os acadêmicos pelo seu pseudônimo: *Obsequioso*¹⁰), o desembargador e chanceler do Estado, Caetano de Brito e Figueiredo (*Nubiloso*), o desembargador e ouvidor geral do cível, Luís de Siqueira da Gama (*Ocupado*), o juiz de fora da cidade da Bahia, Inácio Barbosa Machado (*Laborioso*), o coronel Sebastião da Rocha Pita (*Vago*), o capitão João de Brito Lima (*Infeliz*), e José da Cunha Cardoso (*Venturoso*). Dizia a notícia da época:

*Aos quais na tarde de 7 de março de 1724 comunicou a vontade, com que se achava de erigir e estabelecer a Academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados como filha de tão excelente e generoso espírito; e com seu beneplácito escolheram por empresa o Sol com esta Letra sol oriens in occiduo, assentando entre si com louvável modéstia intitular-se os Esquecidos.*¹¹

Como dizia, ainda, o documento mencionado, a matéria principal dos estudos da Academia dos Esquecidos era a *História Brasílica* ou da *Nova Lusitânia*, a qual seria escrita, inicialmente, dividida em quatro partes, a saber, a *História Natural*, a *História Militar*, a *História Eclesiástica* e a *História Política*. Cada parte sendo confiada a um responsável, os

quais seriam, respectivamente, Caetano de Brito e Figueiredo, Inácio Barbosa Machado, o padre Gonçalo Soares da Franca e Luís de Siqueira da Gama.

José da Cunha Cardoso foi nomeado secretário da academia pelo Vice-Rei do Brasil e Protetor da Academia dos Esquecidos: “para orar na primeira conferência que se determinou fosse na tarde de 23 de abril”. Sobre o funcionamento da Academia dos Esquecidos, é dito que:

Assentou-se que as expedições acadêmicas se fizessem em palácio, reiterando-se de 15 em 15 dias, e alterando-se os quatro mestres de dois em dois em recíproca sucessão; dando-se principio a cada um daqueles atos com uma oração ou discurso que terá o Presidente nomeado pelo seu antecessor com beneplácito do Excelentíssimo Senhor, e fundador da Academia; ficando a cada um dos Presidentes a eleição livre da matéria, ação, questão, ou problema sobre que quiserem discorrer.¹²

A Academia abriria as suas atividades no dia 23 de abril de 1724, convocados os sete letrados, ajuntaram-se no Palácio do Vice-Rei mais de 40 acadêmicos para ouvir o discurso inicial do secretário José da Cunha Cardoso, que, entre outras coisas, explicava, com suas próprias palavras, o significado do lema e do nome da Academia. Dizia ele:

Este planeta pois nos há de comunicar a luz a mim, e a todos os que quiserem ter parte neste Acadêmico asterismo, luzindo como estrelas no firmamento, em que ele é Sol. Assim o vereis, ó nobres habitadores da Brasília Metrópole, na nova Academia da história Brasília, que para em tudo se conformar com o seu egrégio fundador tomou por empresa o Sol com este lema – Sol oriens in occiduo –. Neste felicíssimo ocidente nasceu o Sol para a Bahia: agora lhe amanheceu, porque agora se verá a Bahia convertida em Atenas: agora sairão à luz os que o nosso descuido cobria com as sombras do esquecimento, que por isso tão entendidos, como modestos se apropriaram o título de Esquecidos.¹³

Tal lema é explicado pelos poucos estudiosos da Academia dos Esquecidos de maneira controversa. O primeiro deles, o historiador Fábio Pedrosa afirmou, em sua dissertação de mestrado, que o lema fazia menção ao “sol da cultura que pela primeira vez nascia no ocidente, na longínqua América portuguesa” e, por conta disso, “os talentos brasílicos não estavam mais ‘esquecidos’”.¹⁴ Por sua vez, a historiadora Íris Kantor traçava uma analogia entre o lema dos acadêmicos e a invocação da alegoria política da *translatio imperii*, ao dizer:

Foi intitulada de Academia Brasília dos Esquecidos, à moda das academias da Renascença italiana. Nome que carregava certa ironia, fazendo alusão ao desejo de incorporação dos eruditos americanos ao orbe literário metropolitano. Os fundadores escolheram por divisa o Sol, acompanhado do lema: O sol oriental no Ocidente (Sol Oriens in Occidu). A intenção de dar cidadania à matéria historiográfica americana fazia que invocassem a alegoria da Translatio Imperii: a transladação do Sol Oriental para a América.¹⁵

De nossa parte, acreditamos que tal lema se referia a uma tese corrente naqueles tempos de que a *ciência* tinha tido sua origem entre os orientais e então fora levada ao ocidente pelos antigos, gregos e romanos, revivida pelos humanistas italianos, e agora vinha trasladada para os trópicos pelos acadêmicos. As palavras do *Nubiloso* servem de confirmação ao que dizemos. Dizia ele:

Com eficaz energia o podemos assim afirmar porque revolvendo os monumentos da antiguidade acharemos que no Oriente apareceram primeiro as ciências nos caldeus, hebreus, gimnosofistas, hilobienses e bracmenes, destes passaram para os africanos, egípcios, destes para os gregos, romanos e mais europeus: assim lá também do mesmo Oriente nos havia de vir o Herói que faz seja agora felizmente o Brasil o teatro desta nova literária conquista.¹⁶

Seria uma clara alusão, acreditamos, ao modo como os humanistas perceberam a tradição clássica, em franca oposição à tradição cristã. A cultura em questão entre os acadêmicos não era aquela dos pais da Igreja – Patrística

– ou aquela dos teólogos das *escolas* – Escolástica –, mas sim a tradição vivificada pelos humanistas italianos que tanto impactou a ciência dos Modernos. Donde decorre que o que era ali celebrado pelos acadêmicos era certo tipo de “Renascimento dos trópicos”, mesmo que esta tradição já se fizesse existente na América portuguesa pela ação dos jesuítas através de seus estudos e suas escolas àquela época.

Essa teoria da transmissão da alta cultura parecia ser oriunda dos trabalhos dos humanistas italianos tardios e em especial de estudos de personagens como Pico Della Mirandola, como, por exemplo, aquelas reflexões contidas na *Oração da Dignidade do Homem*.¹⁷ Nesta obra, Pico sugeria que a tradição oriental seria veiculada pelo conhecimento dos clássicos, que a tradição pitagórica seria derivada de sábios do oriente. Contudo, essa relação com o pensamento de Pico Della Mirandola ainda resta a provar: isso porque não nos foi possível encontrar, até então, nenhuma menção específica ao autor em questão nas obras dos Esquecidos, ainda que haja menção a muitos de seus leitores.

No Brasil, a fundação da Academia e a transmissão da cultura que tinha origem no oriente era vista de maneira bastante entusiástica pelo chanceler Caetano de Brito e Figueiredo. Dizia ele:

Atividade das leis, e a cultura das ciências, como gloriosamente brilham em tantos colégios e escolas e tem luzido em algumas particulares academias. Poderá também dizer que mais preciosas que as suas Minas, mais subtis e úteis que os seus materiais engenhos, mais nobres que os seus troncos, mais odoríferos que os seus bálsamos tem produzido o Brasil entendimentos dos maiores quilates, engenhos de agudíssima sutileza, espíritos de prodigioso valor e constância e varões de fragratíssima virtude, quantos já se admiram nas cadeiras, nos púlpitos, nas campanhas e esperamos venerar com devido culto nos Altares, Ideia que se fará visível no aureo elegante estylo de melhor história. (p. 6v)

Essa ode à vida intelectual brasileira contida na dissertação do chanceler fazia alusão à existência, já na primeira metade do século XVIII, e mesmo bem antes disso, de uma efervescente vida cultural na *Nova Lusitânia*. As palavras apontavam também para uma nova tendência que se gostaria afirmada nos trópicos lusos: a valorização de uma cultura ativa¹⁸, humana, entre os nobres e fidalgos sediados no Brasil. O cheiro da tradição humanista, que já se fazia sentir com o esforço jesuítico, ganhava, ao que parece, mais terreno nesse grande projeto acadêmico.

Como já dissemos, é muito provável que a ação dos padres da Companhia de Jesus em suas escolas e seminários desde 1572 já viesse surtindo efeito e formando intelectuais e letrados que atuavam para além das funções dos cargos administrativos, não somente em Salvador, local de surgimento da Academia, mas também em outros centros de cultura, como eram os colégios jesuíticos da Bahia, do Rio de Janeiro, de Olinda e os do Maranhão e Grão-Pará.

Diante disso, podemos afirmar que o que os acadêmicos vinham cantando, portanto, era, antes, uma *translatio studii*¹⁹ que ainda que se apresentasse como uma novidade, vinha ocorrendo na esteira da ação intelectual dos padres da Companhia de Jesus²⁰ e esta, por sua vez, era empregada para afirmar a novidade do empreendimento acadêmico.

Nas sessões da Academia dos Esquecidos, para além das sessões de abertura, foram feitos muitos exercícios de retórica, anagramas, romances ditos “jocossérios” e muitos louvores e elogios poéticos em língua portuguesa e latina que se acham disponíveis manuscritos nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tais documentos foram parcialmente publicados por José Aderaldo Castello na sua monumental compilação documental sobre as academias brasileiras²¹.

Já foi dito que o conteúdo dos debates dos acadêmicos não tinha um caráter de crítica científica, mas atuava no interior de uma cultura de salão, curiosa, diante dos sérios debates europeus²²: argumento que acreditamos ser inconsistente, por não levar em conta a especificidade do funcionamento da cultura no período, gerando uma distorção da importância prática – não só científica – daquela cultura na dinâmica colonial.

A Academia dos Esquecidos durou 18 sessões ou conferências, a primeira ocorrendo, como dissemos, no dia 23 de abril de 1724 e a última, a décima oitava, no dia 4 de fevereiro de 1725. Nessas sessões, foram discutidos e praticados, entre os muitos assuntos, exercícios poéticos, propondo metáforas e alegorias para serem exercitadas

pelos mais exímios poetas e oradores. Além desses exercícios da arte retórica, muitas questões históricas, políticas e até mesmo científicas mostravam-se nas falas dos oradores.

Algumas destas reflexões e proposições políticas podem ser aqui exemplificadas nos seguintes títulos de orações proferidas na academia: *Quanto deve a República das Letras à Magestade del-Rei Nosso Senhor que Deus guarde verdadeiro Protetor delas, o Senhor Rei Dom João o segundo que se gloriava de conhecer os seus vassallos* ou *O Estado do Brasil contendendo com o da Índia sobre qual deve mais ao governo do excelentíssimo senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses: se Goa ou se a Bahia*; etc. Todos os temas ali debatidos, é fato, derivavam, sobretudo, de exercícios retóricos, da eloquência, mas, apesar disso, veiculavam conteúdos importantes da ciência, filosofia e teologia da época e podem também ser lidos e compreendidos como práticas discursivas abstratas ou concretas.

Entre as muitas coisas discutidas e elaboradas nestas sessões, os quatro acadêmicos incumbidos de produzir a história do domínio brasileiro, em suas quatro partes, elaboraram para cada uma delas uma dissertação referente à questão a eles incumbida. Como já dissemos, Caetano de Brito e Figueiredo elaborou uma dissertação de história natural, Gonçalo Soares da Franca elaborou uma dissertação de história eclesiástica, Inácio Barbosa Machado elaborou uma dissertação de história militar e, finalmente, Luís de Siqueira da Gama elaborou uma dissertação de história política.

Todas essas quatro conferências apresentam-se como partes de uma obra unitária pensada desde o início da proposição da academia pelo rei D. João V sugerida ao Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. Todas elas, até hoje, somente foram estudadas como peças menores do pensamento literário brasileiro, nenhuma importância foi dada ao seu lugar histórico, cultural e político no contexto da política brasileira dos Vice-Reis face à ou no interior da política de D. João V.²³

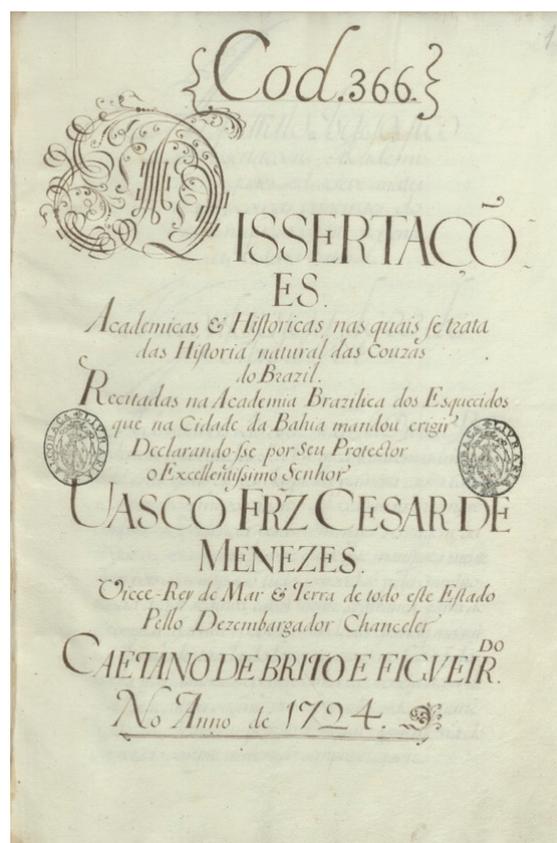
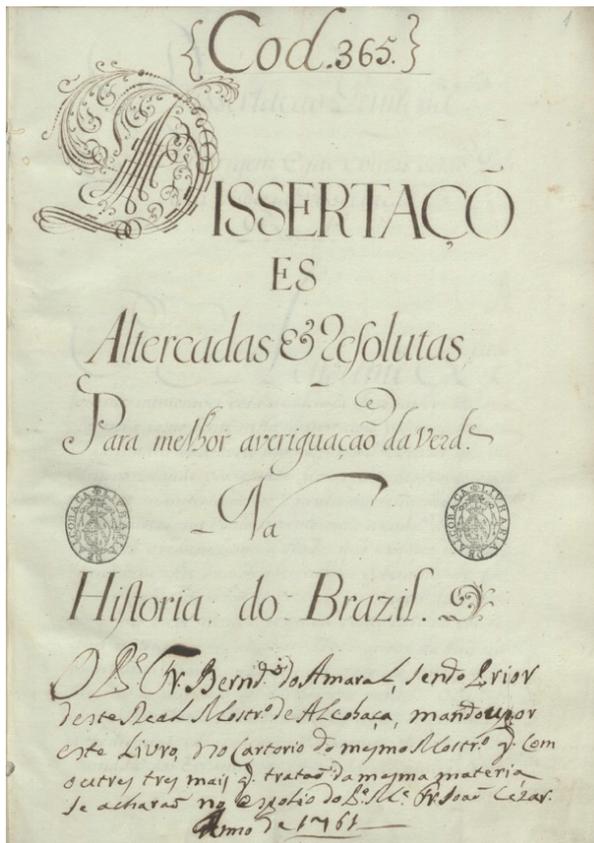
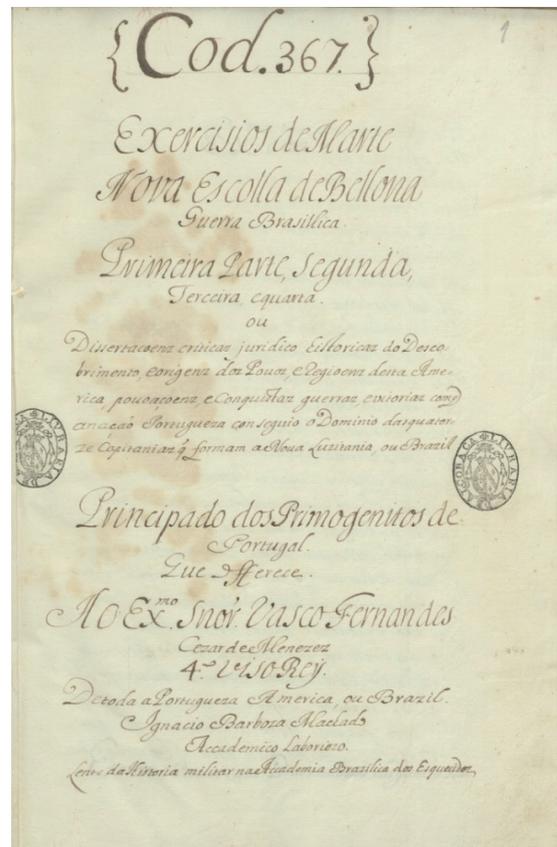
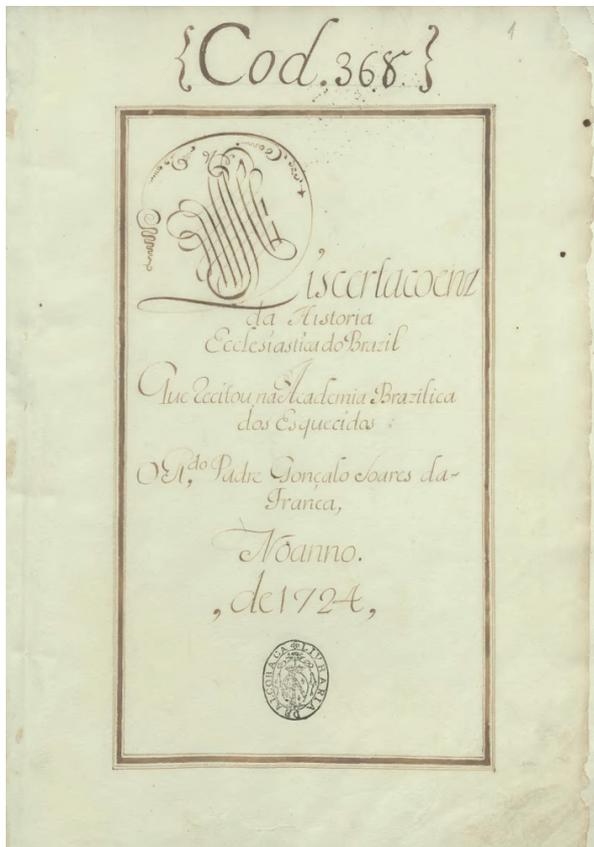


Figura 1 – Frontispícios dos manuscritos, anteriormente guardados no Mosteiro da Alcobaca, e atualmente mantidos na Biblioteca Nacional de Portugal, das quatro *Dissertações* históricas feitas pelos intelectuais da Academia Brasileira dos Esquecidos e ainda sem uma edição contemporânea.

Essas quatro obras históricas, acreditamos, seguem um projeto de elaboração de um sentimento imperial diverso daquele que até então dava lastro e unidade jurisdicional ao poder da coroa sobre os seus súditos. Ao contrário da história que será escrita pela Academia Brasílica dos Renascidos, por ordem do ministro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, onde nota-se uma submissão maior da história do domínio americano à história do reino português, a história da Academia dos Esquecidos apresentava certos traços diversos. Levando em consideração o fato de que o produto da história que se propunha produzir pensava menos o Brasil como um domínio português, uma “América portuguesa”, mas sim como uma parte nova e autônoma do império, um novo Portugal, ou mais precisamente uma “Nova Lusitânia”. Sem contar que, no caso desta academia, sobretudo, o impacto e a influência da cultura propalada pelos jesuítas em seus colégios desde meados do século XVI ainda permanece incompreendida²⁴.

A historiografia da Academia Brasílica dos Esquecidos, conjecturamos, se apresentava menos como a antepassada da dos Renascidos, tendo esta como a continuação daquela, como quis Íris Kantor; antes, a escrita dos Esquecidos organizava o passado natural, militar, clerical e político do Brasil de forma diversa, com base num conceito, mais independente e menos subalterno, de uma unidade territorial e histórica local, diferente daquele que surgiria depois pela pluma de antigos membros da Academia dos Esquecidos, como o próprio Rocha Pitta na ação da Academia dos Renascidos, mais ligada à política cultural do rei D. José I.

A base teórica da historiografia dos esquecidos, o conceito de “Nova Lusitânia”, advinha da história da guerra brasílica, narrada por Francisco de Brito Freire e publicada anteriormente em 1675. Nessa obra, centrada na questão da resistência dos portugueses na Bahia e em Pernambuco contra a invasão dos holandeses, e escrita contra a narrativa de Barléus, sobressaia, como dissemos, certo sentimento de autonomia local que funcionava em acordo com a modalidade de governo do rei D. João V e que seria importante analisar em trabalhos futuros.

Interessa-nos aqui neste trabalho, contudo, não o estudo integral do projeto dos esquecidos, mas a análise do papel desempenhado pelo conhecimento científico, referente à história natural, no interior desse mesmo projeto. Diante desse interesse, a obra que mais dependeu da reflexão científica, da filosofia natural da época, para construir certo conjunto de reflexões importantes para a escrita da história do Brasil e, também, para a definição de certo conjunto de saberes úteis aos projetos coloniais foram as *Dissertações acadêmicas & históricas* escritas pelo chanceler Caetano de Brito e Figueiredo, proferidas na academia no dia 23 de abril de 1724.

A análise do conteúdo desta obra revela ao estudioso um grande conhecimento dos debates científicos os mais atuais travados em Europa e o seu uso pragmático no interior de um conjunto de interesses definidos por *contextos locais* de apropriação de saberes produzidos na Europa. O autor dessas dissertações apesar de se apresentar como um homem de ciência tinha um papel determinado no processo colonizador. Diante disso, analisaremos o conteúdo do documento, mostrando ao leitor a atualidade daquele escrito em relação às diferentes tradições culturais europeias. Para isso, faremos uma breve reflexão sobre a trajetória pessoal do chanceler e desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo.

O desembargador do tribunal da relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo (1672–1732), e a importância da ciência no projeto colonial

Caetano de Brito e Figueiredo nasceu em Lisboa no dia 4 de janeiro de 1672 e morreu em Lisboa no dia 17 de outubro de 1732, sepultado na paróquia de Nossa Senhora do Socorro. Filho de Manoel Soares de Brito, Escrivão da Fazenda do Infantado, e D. Ana Maria de Figueiredo, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de Bacharel em Cânones em 1694. Foi, em 1698, admitido no serviço real como Juiz de Fora de Óbitos e de Silves, posteriormente como Ouvidor de Faro e, então, como Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, no dia 1 de junho de 1715, Vereador do Senado e Câmara de Lisboa e cavaleiro do Ordem de Cristo. Foi posteriormente admitido no Tribunal da Relação do Porto.

Essa importante figura do cenário jurídico e político setecentista português foi um dos membros da Academia Brasileira dos Esquecidos, onde atuou, como dissemos, sob o pseudônimo de *Nubiloso*.²⁵ Escreveu, para além das *Dissertações de História Natural*, um *Diário panegyrico Relação das festas que na famosa cidade da Bahia se fizeram em aplauso do fausto, & feliz natalício do excellentíssimo senhor Dom Pedro de Noronha, glorioso primogênito dos excelentíssimos senhores Condes de Villa-Verde*. A relação se acha publicada na obra *Applausos natalícios com que a cidade da Bahia celebrou a notícia do Felice primogênito do excellentíssimo senhor Dom Antônio de Noronha* da autoria de João de Brito e Lima publicado em Lisboa por Miguel Manescal no ano de 1718.

No momento da produção da obra de História Natural, Caetano de Brito e Figueiredo era Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia e Chanceler, como se pode ver nas informações contidas no frontispício do documento aqui analisado. A Função de desembargador e chanceler do Tribunal colocava-o em estreita conexão com o Governador-Geral – neste caso, com o Vice-Rei – e, portanto, com a política da coroa portuguesa em território americano. Schwartz definia o cargo de chanceler da seguinte forma:

*Como nos outros Tribunais Superiores portugueses, o chanceler era designado primeiro magistrado. Seus deveres incluíam registrar as leis e ordenações prolatadas pelo governador e anotá-las ou emendá-las quando necessário. Da mesma forma que os chanceleres de Goa, Lisboa e Porto, o da Bahia também revia as sentenças e os decretos para se assegurar de que estes não entravam em contradição com os estatutos já existentes. Por ocupar o cargo mais alto da corte, tinha competência para examinar as reclamações e acusações contra o governador-geral. Durante o julgamento dessas acusações, o governador não podia frequentar a corte. A competência do chanceler abrangia o exame das acusações contra os outros magistrados do Tribunal e contra vários funcionários menos categorizados. (...) Na realidade, o chanceler ocupava o segundo cargo oficial mais importante dentro da organização administrativa brasileira, fato este revelado tanto pelo seu salário quanto pelo seu poder e prestígio. No caso da ausência do governador, o chanceler respondia pelo governo.*²⁶

162

Os juízes do Tribunal da Relação – desembargadores e chanceleres – eram nomeados diretamente pelo governador geral ou vice-rei, sendo, portanto, elementos próximos da política da coroa. E a justiça também era um atributo do poder executivo. Para a nomeação destes cargos, era necessário que os candidatos tivessem uma sólida formação nas universidades europeias, na maioria dos casos na Universidade de Coimbra, o que fazia destes “homens das letras” nobres por sua formação, mas também “intelectuais” pela capacidade de atuarem pela via da cultura, baseando-se em *locos communes* da tradição, mas também propondo vias diversas, ideias, princípios e preconceitos outros²⁷.

A proximidade do Chanceler e Desembargador com o Vice-Rei, e deste com o próprio Rei, associava as ações desses homens, mesmo que oriundas de suas vontades particulares, ao poder do Rei em seus domínios. Assim, a criação da Academia dos Esquecidos, apesar de feita nos trópicos americanos, vinha chancelada pelo poder do Governo-Geral e do Tribunal da Relação: era um investimento real, feito pelo Rei D. João V, na vida cultural brasileira.

Além disso, os juízes, pela natureza de sua função, como afirma o próprio Schwartz, constituíam-se como um elemento importante da vida cultural brasileira e agiam de acordo com ideias, princípios e preconceitos. Muitos dos quais não puderam ainda ser estudados pela falta de documentação existente sobre a questão ou mesmo pelo desinteresse dos historiadores.

Stuart Schwartz, em seu trabalho sobre os juízes do tribunal da Relação da Bahia, elenca somente um documento onde é possível analisar essas ideias, princípios e preconceitos dos juízes da Relação: este documento é justamente as *Dissertações* de Caetano de Brito e Figueiredo. E, ainda, é curioso notar que uma obra de História Natural tenha sido feita por um magistrado formado em direito canônico e não por um médico ou pessoa mais versada nos debates de filosofia natural da época. Isto talvez decorresse do fato que em muitos ambientes europeus, como aqueles católicos, a filosofia natural ainda não obtivera a sua autonomia dos assuntos da fé.

Dito isto, nota-se a importância do estudo deste documento não só para o estudo da cultura e das academias literárias do período colonial, mas também para o estudo das ideias dos juízes da relação da Bahia, como propôs o Schwartz.²⁸

A filosofia natural na *História Natural do Brasil* de Caetano de Brito e Figueiredo

As *Dissertações* de história natural mobilizam mundividências filosóficas ou teóricas a partir das quais se baseia o autor para estudar a natureza brasileira. O manuscrito mais antigo que possuímos é dividido em oito partes: a primeira parte sendo uma introdução propedêutica ou *Aparato Isagógico* onde o autor dispõe, ainda que de modo assaz superficial, dos princípios filosóficos usados na sua reflexão científica, e as demais partes, intituladas de *Dissertações*, sobre assuntos científicos precisos os mais variados. Segue abaixo a estrutura do texto das *Dissertações* de história natural:

Organização da obra

1. *Aparato Isagógico – as dissertações Academicas nas quaes se descreve a natureza das couzas principaes do Brazil no que somente pertence a Historia natural;*
2. *Dissertação 1ª, na qual se trata da geral e geográfica descripção de toda a América com abreviada demonstração do mais raro e admirável que a Natureza nella produzio;*
3. *Dissertação 2ª, da origem dos Indios, e primeyros povoadores da America, e Se tiveram os Antigos della algum conhecimento;*
4. *Dissertação 3ª, Descreve-se o Brazil com outras particularidades pertencentes a sua natureza;*
5. *Dissertação 4ª, dos Ceos, Planetas, constellaçoens, e climas Brazilicos;*
6. *Dissertação 5ª, dos Climas, Ares, e Meteoros Brazilicoz;*
7. *Dissertação 6ª, Na qual se trata das Aves do Brazil;*
8. *Dissertação 7ª, Na qual se individuão os nomes, Cores, e diferenças das Aves Brazilicas;*
9. *Dissertação 8ª, Na qual se descrevem os Insectos Volateis do Brazil.*

Estudaremos neste trabalho, sobretudo, os princípios filosóficos ou teóricos norteadores da empresa de história natural proposta pelo chanceler e suas influências teóricas. Estes princípios levam em conta uma reflexão bem específica sobre a origem da natureza, suas características, geral e particular, bem como a natureza precisa do ser humano. A incursão nessa reflexão nos permite observar as influências teóricas abraçadas pelo chanceler do Tribunal da Relação da Bahia e refletir sobre o seu lugar na história da cultura brasileira e mesmo portuguesa do século XVIII.

Inicia-se o tratado de história natural com uma reflexão, contida no *aparato isagógico*, bem ao sabor da cultura científica da época moderna, sobre a ação da providência na criação do mundo. Diz o autor que:

A Providência porem com mayor ventagem, ou no que occultamente inspira ou no que manifestamente obra (pois a seu impulso tudo se move) só pela omnipotência de que se diriva, cabalmente se alcança. Sirva de exemplar a fabrica e persistência desta grande maquina do mundo tirada do horrorozo e confuzo Chaos do nada para a luminosa e perfeita existência do Ser de que lhe resultou o nome. Unindo-se a discorde contrariedade dos Elementos para a composição e symmetria de hum todo sempre armonico, sempre elegante. (p. 2)

Diante dessa afirmação, fica patente o modo como o autor compreende o jeito como o mundo, *grande máquina*, foi criado, a partir do *horroroso e confuso Chaos para a luminosa e perfeitíssima existência do ser*, pela ação da divina providência, que no texto também é tratada, em outros trechos, pelos termos de *Segredos da Natureza* ou *Primeira causa*. Assim, a máquina do mundo foi criada do nada, do não-ser, por meio da ação da inteligência divina que é expressa como derivada da compreensão do objeto criado e não de nenhuma reflexão precisa, teológica, sobre a natureza do criador. Há aqui uma inversão de processos analíticos que marcam a oposição da ciência moderna à metafísica tradicional.

O universo criado pela Providência é para o chanceler, assim como para os cientistas modernos, uma *grande máquina* do mundo: o que rompe diretamente com a concepção orgânica de natureza oriunda da tradição aristotélica. A filosofia mecanicista surgia no cenário científico europeu no século XVI por meio da ciência baconiana. Francis Bacon (1561-1626) na obra *The advancement of learning* (1605) já fazia uma importante crítica ao modelo intelectual aristotélico fundado numa compreensão orgânica do mundo natural e propunha uma compreensão da natureza mais artificial, associando o ato de criação de Deus com aquele humano e estabelecendo uma analogia entre o natural e o artificial e não uma dicotomia, como propunha a tradição peripatética. Disso, nascia uma compreensão do mundo como máquina e a ideia de que os diferentes fenômenos naturais poderiam ser estudados e observados não diretamente, mas através de sua reprodução em laboratório.

É possível que o autor das dissertações empregasse paradigmas teóricos alternativos àqueles aristotélicos e que levavam em consideração os debates científicos os mais recentes. É preciso dizer que o conteúdo das dissertações tem certo odor da filosofia de Platão ou daquela dos Neoplatônicos. O que faz pensar que, muito provavelmente, a vertente platônica da filosofia produzida na Companhia de Jesus, em especial aquele movimento em estreito contato com a ciência moderna encabeçado pelo jesuíta Athanasius Kircher²⁹, pudesse ser um elemento do pensamento dos acadêmicos. O que ainda precisa ser mais bem avaliado.

Uma vez explicado o mecanismo da criação ou da Providência, ainda que de forma incipiente e superficial, o autor tratava do ser como objeto estruturado a partir da composição e simetria dos elementos primeiros, fazendo direta alusão a determinadas doutrinas da matéria, em especial aquela oriunda da tradição atomista – ainda que em alguns momentos o autor falasse em *Elementos aquáticos, terrestres e anfíbios* (p. 3). A influência da doutrina atomista ficava clara ao longo da leitura do manuscrito pela menção explícita da palavra átomo, pelo uso dos conceitos de composição e simetria na organização dos seres e pela citação de autores como René Descartes e Pierre Gassendi.³⁰

Era ainda com base na questão da Providência e da ideia de *Simulacro*, que discutiremos a seguir, que o autor explicava a diversidade dos seres humanos e também a diversidade das coisas. Segundo ele, os homens são tão diversos entre si pelo fato da Divina Providência os ter feito diversos, sendo esta uma condição natural. Dizia ele:

Individuo tão diverso na semelhança, na cor, na proceridade [ou no tamanho], nos lineamentos, e ainda nos mesmos hábitos do animo, ou para o generoso das virtudes e sublime das sciencias, que differe em muito hum homem de outro homem Alta Providência para que cada hum estudasse em si mesmo o conhecimento próprio, ou nos outros, emulasse as relevantes prerrogativas, que em si não descubria. (pp. 3v-4)

Diante dessa diversidade da criação, diversidade imperceptível ao cálculo da *Arithmetica* e ao uso de instrumentos científicos, como o microscópio, argumentava-se que é no elemento, o átomo, que se esconderia o mistério dessa diversidade do criado. Dizia o chanceler que:

Estes minutísimos viventes átomos são também caracteres e cifras em que se deixão ler os recônditos arcanos da Providencia e da Natureza os secretos e raros prodígios que obrando não inútil, supérflua e ociosamente tudo prodiga produz com mysterio, a tudo fecunda confere especial virtude carecendo as couzas sublimes e ínfimas humas de outras de tal sorte que para a sua conservação mutuamente se necessitem, fazendose preciosas as que por offensivas e venenzas parecem supérfluas; porque ou natural ou Sympaticamente occultão esta, ou aquella virtude que as deixa proveytosas, e da a conhecer que as couzas sublunares todas são dependentes. (p. 3v)

Apesar da organização destas argumentações, profundamente baseadas, podemos dizer, numa teologia e numa metafísica, ainda que inusitadas, provavelmente platônicas, o autor das *Dissertações* mostrava sempre um acento moderno, com ares inovadores.

Outro ponto importante, a cosmologia, é tratada pelo autor também, infelizmente, de forma um tanto quanto superficial: deixando acreditar ao leitor, à primeira vista, que o cientista colonial se filiará a determinadas noções heliocêntricas de mundo ou, pelo menos, o que seria mais aceitável, relativas àquela cosmologia formulada pelo astrônomo Tycho Brahe. Nas palavras do autor:

Essas celestes esferas, centro do fogo, teatro da luz, donde impera o Sol, donde a Lua resplandece, já ilustrando o dia, já iluminando a noite. (p. 3)

Nestas palavras, o autor, para além de descrever o Sol como Imperador do mundo, seu possível centro, em diversos trechos alude a autores que foram partidários do heliocentrismo, como o próprio Nicolau Copérnico e o já mencionado René Descartes. Contudo, em trecho subsequente, o autor afirma ser a terra fixa, ela também, um centro, o que contradiz a impressão anterior.

Muito provavelmente, como dissemos, o autor da obra aderira ao modelo cosmológico de Tycho Brahe, modelo bicêntrico onde a Terra permaneceria fixa no centro do cosmos e onde o Sol vangloriar-se-ia de uma centralidade relativa aos demais planetas com exceção da Terra e da Lua. Esse modelo tychonico era o modelo cosmológico hegemônico no Império português. Talvez o fato de o autor mencionar a *ilustração* e a *iluminação* respectivamente do Sol e da Lua seja indício desta via alternativa de compreensão do Cosmos. Via que havia sido abraçada pelos jesuítas já em 1616 quando o Papa Urbano VIII proibira a adesão dos católicos à doutrina copernicana.

Por fim, o último ponto da filosofia natural do chanceler que estudaremos nesse estudo, a questão da natureza humana, é definida na relação deste com a natureza, ou seja, no interior da antiga analogia entre Macrocosmo e Microcosmo: analogia bastante frequente no pensamento platônico. Sobre isso, dizia o autor que:

O espírito, a formosura e a soberania do Homem, tão difíceis de definir, como de compreender, simulacro da divina ideia, epílogo das cousas criadas, compêndio do universo, com maior energia Microcosmo, ou pequeno mundo, mas com tal ascendente que lhe foi destinado o império do mundo todo, dignidade que lhe conseguiu, por ser do soberano Criador de tudo verdadeiro retrato. (p. 3)

Nota-se neste trecho a retomada do tema da dignidade humana e a defesa desta dignidade com base numa teoria do homem como *arquétipo* ou *simulacro* ou ainda *imagem* do Deus criador, seu retrato. Daí que, como Deus, o homem poderia adquirir todas as honrarias da criação, ser o seu Senhor, e, como o próprio Deus, ser, ele também, criador. A teoria do *simulacro* explicaria também a diversidade dos seres e dos homens entre si.

Além do que, o recurso ao tema da dignidade humana, da *soberania do Homem*, bem como aquele da natureza da alma humana entre os aristotélicos, marca a novidade da influência do humanismo na cultura europeia e sua hegemonia definitiva, mesmo no interior de temas marcados pelo problema teológico.

Essas reflexões travadas por Caetano de Brito e Figueiredo eram feitas com base na leitura de muitos autores da tradição ocidental, antigos e modernos. Com base nas citações feitas pelo autor, podemos mensurar a atualidade de seu pensamento e o seu conhecimento das ideias as mais recentes que circulavam pelas bibliotecas europeias do final do século XVII e do início do XVIII e caracterizavam o movimento intelectual da Ciência Moderna.

Elencando as descobertas e as invenções feitas pelos antigos – Platão, Aristóteles, Atenágoras, Varrão, Sêneca, Plínio, Pompônio Mela, Eliano, Ptolomeu – o autor opunha a esses o engenho de autores modernos da tradição dos *novatores* como Nicolau Copérnico (1473-1543), Francisco Hernandez (1517-1587), Ulisse Aldrovandi (1522-1605), William Gilbert (1544-1603), Tycho Brahe (1546-1601), Tommaso Campanella (1568-1639), William Harvey (1578-1657),

Louis Savot (1579-1640), Libert Froidmont (1587-1653), Marin Mersenne (1588-1648), René Descartes (1596-1650); e autores mais recentes como Marin Cureau de la Chambre (1594-1669), Filippo Picinelli (1604-1679), Jean-Baptiste du Tertre (1610-1687) e os padres jesuítas Simão de Vasconcelos (1597-1671), Antônio Cordeiro (1641-1722), bem como o padre Luiz de Amorim (1654-1730). É bem provável que a recepção dessa nova tradição intelectual de que o autor nublado faz constante alusão possa ter sido disponibilizada nas estantes da biblioteca dos jesuítas na Bahia.³¹

E diante de toda essa *ousadia* humana, manifesta no produto de intelectuais antigos e modernos, o chanceler postulava ser ousadia tão grande quanto a dos outros:

Fabricar a historia de hum novo mundo por 5923 annos *não conhecido* descobrir o que a Natureza produzio em huma região tão dilatada como a do Brazil *há 224 annos descoberta e não de todo penetrada, ainda parece* mayor ousadia, ainda parece mais agigantada temeridade. (p. 4v)

Uma vez definido o princípio teórico-argumentativo empregado pelo naturalista português nos trópicos, o tema, a nosso ver, mais central da obra seria aquele da descrição da natureza específica do Brasil, de um ponto de vista objetivo, científico. O conhecimento da natureza – da geografia, do céu, do clima e dos animais – pelo chanceler tinha uma importância argumentativa no que toca a afirmação do domínio da coroa sobre o território americano.

O primeiro ponto de estudo do autor é acerca da questão da Descoberta da América, que segundo o historiador italiano Aldo Andrea Cassi³², vinha debatido pelos intelectuais do período como uma questão que recaía diretamente sobre o domínio jurídico das coroas católicas, Espanha e Portugal, sobre o território americano. Diante disso, o debate ontológico da geografia e da natureza americana era elemento instrumental na afirmação do direito à exploração daqueles espaços e ao domínio dos povos nativos. A discussão aprofundada desses temas era, segundo o autor, um elemento importante da prática dos juristas das monarquias católicas.

Uma vez descrita a geografia e a natureza americana levando em conta o profundo conhecimento geográfico que se tinha naquela ocasião³³, o autor passava então a descrever o território brasileiro, sua geografia e suas riquezas naturais. Neste ponto, o autor retomava a questão do domínio jurídico português do Brasil efetivado no acordo de Utrecht em 1717 ao dizer que:

De 4 graus e 6 minutos da linha equinocial para o septentrião. Debaixo do qual corre o Rio Jupoz, ou de Vincente Pinsão, terras do Cabo do Norte, margem Boreal da grande Bahia, ou boca, por donde vem restituirse ao Oceano o caudaloso Rio das Amazonas, sem hyperbole, Emperador hydropotente dos outros Rios. Domínio que nos foi declarado nos art.os 8, 9, 10, 11 e 12 da Paz de Utrecht ajustada em 11 de Abril de 1713 pelas Magestades do muito alto e poderoso Rey D. João o 5º nosso senhor, que Deus guarde, e a del Rey Luiz 14 de França nesse tempo Reynante. (p. 24v)

Domínio esse, ainda, legitimado pelo debate histórico do *Descobrimento* do Brasil propondo como marco de fundação da nova sociedade portuguesa nos trópicos a descoberta das terras em 24 de Abril, e não 22, de 1500. Sobre isso, diz ele:

No aparato Izagógico que expusemos na primeyra conferência acadêmica de 23 de abril passado, seguindo aos insignes historiadores João de Barros, e o ilustríssimo D. Jerônimo Osório, Bispo de Silves, Reyno do Algarve; este na História del Rey D. Manuel tomo 2, p. 64, o primeiro na sua primeira Decada tomo 5 cap. 2, declaramos fora descoberta esta Região aos 24 de Abril do anno de 1500. Chronologia que também observaram os sapientíssimos mestres da história política, e militar. (p. 25)

Para além da questão do Descobrimento, que, como vimos, é elemento das estratégias de justificação do domínio jurídico e político do território da parte da coroa portuguesa, o estudo da natureza brasileira também incidia sobre a justificação do domínio do território e de seu povoamento. Sobre o céu americano e brasileiro o autor dirá que:

Os ceos propriamente brasílicos, guardada a ordem de seus movimentos, são os que se commensurão pela latitude de 4 graus, e 6 min. da parte do Norte a 35 graus da parte do Sul, e pela longitude de 320 gr. até a de 348 e 46 como já individuamos na conferência passada. São em si mesmos luminosos, transparentes, e formozísimos, o que se argumenta pela claridade de que os enche esse primeiro luminar dos astros, alegria do universo, e centro dos resplendores, como também pelo scintillante das estrelas que nelles se divizão. Sendo neste Hemispherio tão bellos, e alegres os dias quanto se pode conjecturar dos rayos, formosura e majestade do mesmo Sol, que não deixando de ser sempre o mesmo no Brazil, e dentro dos trópicos, parece superiormente ouro; porque no Oriente e Nadir manifesta igual valentia que no Zenith ostenta. (p. 38)

À beleza e formosura do céu brasílico vinha adicionada a temperança do clima brasileiro que seria condicionada pela ação mesma desse céu majestoso sobre a atmosfera local. Diz ele:

Os benéficos efeitos e influências destas constelações, destes planetas, e destes céus se manifestam evidentemente na bondade dos ares, na variedade dos tempos, na suavidade e temperamento dos climas, na abundância de tudo o que gera e produz a natureza e nos copiosos minerais que em si concentra, e liberalmente franqueia o Brasil sem falar no que como causas segundas influem nos homens, movendo-lhes os ânimos já para as Letras, já para as Armas, já para o Comércio, já para outros exercícios menos generosos e propriamente terrestres e grosseiros, que a experiência com pudor conhece e a modestia com decencia cala. (p. 40)

E esta positiva influência celeste sobre o clima local destacava a importância desse domínio para a coroa e incidia, como dizia o autor, sobre as Armas, o Comércio, mas também, ponto importante nessa dissertação, sobre as Letras do domínio português.

Observa-se com isso uma afirmação retórica da importância do domínio americano para Portugal pelos acadêmicos. E uma das orações proferidas na academia cujo título é *o Estado do Brasil contendendo com o da Índia sobre qual deve mais ao governo do excelentíssimo senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses: se Goa ou se a Bahia* confirma a intenção dos acadêmicos em argumentar a importância do domínio americano sobre o do oriente para a coroa, provavelmente para que aqui houvesse mais investimentos por parte do rei de Portugal.

Por outro lado, nota-se o grande interesse do chanceler em argumentar, pelo conhecimento astronômico, a propensão ao florescimento das letras em terras tropicais. Ou senão, pelo menos, em legitimar, intelectualmente, a empresa dos Esquecidos.

Além da altivez dos céus e da benéfica influência deste sobre o clima, os animais brasileiros, aves e insetos, também eram vistos pelo acadêmico como possuidores de uma qualidade natural superior. Os seres vivos brasílicos, sendo novos, atestam para a novidade da Descoberta e servem como fundamento do argumento jurídico da descoberta.

A despeito de uma importante polêmica que se instauraria no século XIX sobre a “inferioridade” na natureza dos trópicos americanos levantada por Buffon e sustentada por muitos intelectuais importantes com base em alguns argumentos precisos, como aquele que postulava que as aves americanas cantavam mal, mas tinham a plumagem marcada por cores mais vivas e fulgurantes³⁴, o autor das *Dissertações*, ao contrário disso, avaliava positivamente a natureza das aves brasileiras.

Caetano de Brito e Figueiredo classificava as aves brasileiras em seis classes: 1. Comestíveis; 2. Sonoros; 3. Falantes; 4. Aves de rapina; 5. Aquáticas; 6. Demais aves. A segunda e terceira classe de aves são indícios da defesa, por parte do autor, da existência de aves canoras e falantes no Brasil de nenhum modo inferiores àquelas do velho mundo. As aves falantes listadas pelo autor são as Araras, os Canindés, os Papagaios verdadeiros, os Curicas, os Ajurucus, os Cardilianos, os Jurús assus, as Maytacás, Jandayas, etc.

Ao contrário do discurso novecentesco já referido, as aves são para Caetano de Brito e Figueiredo o sinal da superioridade da natureza brasílica:

As da Ornithologia, ou História das mesmas Aves nesta região brasílica nem diminuem na variedade nem desdizem na formosura, nem diferenciam nas qualidades antes com tal excesso se avantajam na grandeza, nas cores, e nas excelências [e aqui estaria referida a questão do canto e da fala das aves], que devidamente merecem distinta e particular individuação tanto para realce e credito da mesma natureza como para empresa própria do elevado discurso e simbólica ideia de métricas e obsequiosas alusões (p. 48)

Outra questão interessante, é que muitos autores de história natural, desde o século XVI, como o mencionado Ulisse Aldrovandi, se utilizavam de seus estudos históricos do mundo natural para produzir elementos de figura de linguagem e retórica. O estudo da história natural na época moderna era também usado pelo acadêmico para propor/produzir “emblemas”.

Na base dessa prática havia uma ideia de natureza como símbolo que era típica da cultura da época. Os animais dispostos no território poderiam servir de elemento de expressão das qualidades e virtudes das pessoas e instituições da sociedade lusitana que se formava nos trópicos, o que derivava de um olhar simbólico sobre o mundo natural que provavelmente deve ter sido tirado de obras como o *Mundo simbólico* do padre italiano Filippo Picinelli, que propunha um estudo da natureza a partir das empresas e emblemas³⁵. O conhecimento natural tornava-se, portanto, relevante também do ponto de vista das estratégias retóricas.

Conclusão

O presente estudo apresenta-se como uma análise aproximada de uma questão que ainda carece de estudos mais pormenorizados, mais específicos. Entretanto, com base no que observamos, podemos chegar a algumas conclusões mais gerais e proveitosas para os estudos futuros.

Primeiramente, pelo estudo do manuscrito do chanceler da Relação, Caetano de Brito e Figueiredo, podemos observar que ocorre uma adesão a certos elementos de cultura inusitados no panorama disponível à comunidade intelectual lusoamericana. O pensamento do *Nubiloso* é marcado por uma tradição orientada por princípios menos escolásticos, onde certo platonismo não tão radical, como aquele apresentado pelo jesuíta Athanasius Kircher³⁶, ou mesmo aquele oriundo da filosofia de René Descartes, tão propalada nos ambientes culturais portugueses do final do século XVII e início do XVIII³⁷, faz-se presente.

É importante lembrar que as *Dissertações* foram escritas por um juiz formado na escola do direito canônico, o qual provavelmente tinha contatos com tradições científicas mais dependentes dos debates teológicos, como era o caso do pensamento kircheriano e mesmo aquele dos cartesianos. Isso sem falar no fato de que muitas questões presentes nas dissertações estudadas podem e devem ser provenientes da tradição cultural jesuítica já cimentadas nos trópicos. Indício desta afirmação é o profundo conhecimento do autor das *Dissertações* de grandes nomes da filosofia jesuítica portuguesa, como o Curso Conimbricense, Soares Lusitano, Antônio Cordeiro e outros.

Além disso, essa novidade cultural da Academia Brasílica dos Esquecidos aponta para um novo contexto político onde a cultura religiosa ganhava novo tratamento e a cultura humana ganhava lugar de destaque nas ações da coroa. Esse momento aponta também para a busca de uma autonomia cultural pelos intelectuais na sociedade lusitana nos trópicos.

Notas e referências bibliográficas

Bruno Martins Boto Leite é professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: impetufaciens@gmail.com.

- 1 Por *Regalismo*, nos referimos à doutrina que concedia aos reis o direito de interferência em questões religiosas. Doutrina essa que em Portugal teria se iniciado pelo pensamento de autores como Gabriel Pereira de Castro no seu *De manu Regia* (Lisboa, 1622-1625) e pela posterior influência das doutrinas galicanas na cultura portuguesa moderna.
- 2 Sobre a recepção do cartesianismo e do newtonianismo em Portugal, cf. ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII. In: *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: I.N.C.M., 1982, p. 169-190; CARVALHO, Rômulo de. "A aceitação, em Portugal, da Filosofia Newtoniana". In: *Colectânea de Estudos Históricos (1953-1994)*. Évora: Universidade de Évora, 1997, p. 271-288.
- 3 O importante historiador beneditino francês Jean Mabillon, na polémica direta contra historiadores protestantes e contra historiadores jesuítas da *Acta Sanctorum*, seguidores de Jean Bolland, foi o responsável por revolucionar os métodos de pesquisa historiográfica. Era oriundo da Congregação de São Mauro, de onde o nome de *mauristas* aos historiadores de sua congregação.
- 4 É importante notar que apesar da Academia Real adotar o modelo do historiador francês, a Academia dos Esquecidos abraçava ainda outra alternativa historiográfica marcada pelo modelo das *Dissertações* e não o das *Memórias*. A questão da crítica historiográfica ou dos modelos historiográficos adotados pelas diferentes academias é marginalmente trabalhado pela historiadora Isabel Ferreira da MOTA, na obra *A Academia Real de História Portuguesa: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII* (Coimbra: Minerva, 2003), no que diz respeito à academia portuguesa, e pela historiadora Íris KANTOR, na obra *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)* (São Paulo: Hucitec, 2004), no que diz respeito à academia americana. Contudo, o tema não somente é superficialmente trabalhado por ambas historiadoras como cada um dos processos é pensado individualmente sem se fazer a relação necessária entre os diferentes projetos culturais no interior da unidade da política cultural do rei D. João V.
- 5 Outros projetos culturais de relevo foram, dentre muitos: a produção do *Vocabulário português e latino* (1712-1721) pelo padre Rafael Bluteau, a produção da *Bibliotheca Lusitana* (1713-1758), coleta de informações biográficas e intelectuais de autores portugueses, por Inácio Barbosa Machado, ambos membros da Academia Real de História portuguesa e abraçados pelos projetos culturais do rei D. João V. Esses e muitos outros projetos literários compunham o universo de práticas culturais e discursivas que emanavam daquele projeto cultural mais amplo proposto pelo centro do poder português.
- 6 Sobre a Academia Real de História Portuguesa, cf. MOTA, Op. Cit., 2003.
- 7 Seria interessante observar se havia outras propostas de academias desse tipo pelos idos da década de 20 do século XVIII em outros territórios do Estado português, como na África e na Ásia, de modo a observar se esse projeto se estendia, de fato, para todo o território dos domínios da coroa portuguesa.
- 8 Note-se que já na segunda metade do século XVII, e mesmo antes, devido à abertura às novidades abraçadas pelos intelectuais da Companhia de Jesus, surgiam orientações filosóficas e teológicas alternativas no interior da ordem, como aquela, bastante marcada pela adesão à filosofia de Platão, do jesuíta alemão Athanasius Kircher. Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *L'Harmonie du Monde au XVIIe Siècle. Essai sur la pensée scientifique d'Athanasius Kircher*. Tese defendida na Universidade de Paris IV. Paris, 1995.
- 9 encontramos até o momento a carta precisa do rei ao vice-rei. Contudo, o envio desta carta e seu conteúdo é mencionado em outra epístola de autoria do vice-rei em questão e dirigida ao governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha. Cf. CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil] Vasco Fernandes César de Menezes para o [governador do Rio de Janeiro] Aires de Saldanha de Albuquerque sobre o que ordena o rei [D. João V] para que remetesse uma memória impressa para se escrever a história portuguesa, eclesiástica e secular do reino e suas conquistas. 1722, Novembro, 24, Bahia. AHU-Baía, cx. 12, doc. 67. AHU_ACL_CU_005, Cx. 16, D. 1370. Repare-se que a frase destaca a menção não somente à história eclesiástica, mas também àquela secular.
- 10 Naquele período, nas academias letradas da Europa, os intelectuais costumavam adotar pseudônimos por diversas razões. O costume europeu, aparentemente, foi transplantado para o Brasil.
- 11 Apud CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil – 1640-1820/22*. Vol. I. Tomo I. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 3.
- 12 Idem.
- 13 Idem, p. 9.
- 14 PEDROSA, Fábio. *Sol Oriens in Occiduo*. Rio de Janeiro: 2001. Dissertação de Mestrado, UERJ, p. 34
- 15 KANTOR, op. cit., p. 94-95.
- 16 BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. Dissertações acadêmicas & históricas, nas quais se trata da História natural das couzas do Brazil. Recitadas na Academia Brazílica dos Esquecidos que na cidade da Bahia mandou erigir declarando-se por seu protector o Excellentissimo Senhor Uasco F[e]r[nande]z Cesar de Menezes Vice-Rey de Mar & Terra de todo este Estado. Manuscrito, 1724. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Alc. 319, p. 7. A partir de agora, referências a este manuscrito não serão acompanhadas de nota, apenas da paginação, entre parênteses, ao final da própria citação.
- 17 Sobre isso, dirá Burke que "los humanistas tardíos no sólo se interesaron en las antigüedades griegas y romanas, sino también en la sabiduría bárbara de los druidas, de los magos persas y de los brahmanes o «gimnosofistas» *Índios*". BURKE, Peter. *El Renacimiento europeo. Centros y periferias*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000, p. 180.
- 18 Na obra *L'Umanesimo italiano*, o historiador italiano Eugenio Garin compara a tradição filosófica da escolástica com a tradição filosófica do humanismo nos termos da dicotomia entre a Vida Ativa e a Vida Contemplativa, onde da primeira derivaria uma cultura mais envolvida com assuntos mais seculares e políticos e da segunda uma cultura mais envolvida com assuntos espirituais. Na dicotomia proposta, a vida ativa simbolizaria o mundo moderno enquanto a contemplativa marcaria a tradição medieval. É importante lembrar, contudo, que Garin identifica muitos trabalhos de humanistas no interior da categoria da vida contemplativa. Isso porque, sendo a questão religiosa um problema de tanta centralidade na vida política e secular, a discussão desses temas pelos humanistas ainda se enquadravam na categoria da vida ativa. Isso sem dizer que as soluções propostas por esses humanistas para tais temas sempre divergiam imenso daquelas soluções tradicionais, medievais. GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano – Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 2004.
- 19 O tema da *Translatio imperii* que despontara desde o período medieval – mais precisamente no período carolíngio – da tentativa de imperadores buscarem, ao seu modo, fazer reviver o Império Romano trazia à tona, lateralmente, o tema da *Translatio studii* que basicamente era, naquele caso, a ideia da transferência da ciência de Atenas ou Roma para Paris. O que aparentemente está em discussão pelos acadêmicos esquecidos é antes essa ideia de

transferência de estudos, ou cultura, do que aquela do modelo político romano.

- 20 No importante estudo de Stuart Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, o autor chama atenção para a importância da cultura na formação dos juizes da Relação da Bahia e para o reduzido número de intelectuais ou homens de cultura formados em instituições de ensino superior no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII. Diz ele sobre os magistrados: “É importante, contudo, lembrar que os juizes eram homens cultos treinados para estudarem cuidadosamente e pensarem bastante antes de tomarem decisões. A educação que receberam e suas tendências intelectuais ligava-os uns aos outros e a um pequeno grupo de brasileiros que formavam a reduzida comunidade intelectual da colônia” (SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 256). Esse “pequeno grupo” mencionado pelo historiador do Tribunal da Relação é provavelmente associável a esses homens de cultura, letrados e intelectuais, que o chanceler acadêmico acusava em sua dissertação. E muito provavelmente a possibilidade de existência desse grupo em solo tropical era devida à ação cultural e à organização escolar dos jesuítas na Nova Lusitânia.
- 21 Essa documentação havia sido reunida pelos historiadores do IHGB no momento da criação do instituto com o intuito de auxiliar o projeto de formulação de uma identidade histórica brasileira no governo de D. Pedro II.
- 22 Fábio Pedrosa, em artigo sobre o tema, afirmou, sobre a obra de história natural de Caetano de Brito e Figueiredo, que “seu trabalho é voltado para uma apresentação da ciência, da natureza da Nova Lusitânia, voltada mais para o deleite da Corte, para a informação, do que para a discussão científica. É ainda uma gramática civilizacional, ainda persiste a ótica do século XVI. Antes de tudo, é uma cultura de salão literário e não de laboratório, de gabinete de ciências”. PEDROSA, Fábio. A Academia Brasileira dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia: o movimento academicista e a Academia Brasileira dos Esquecidos. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 1, p. 21-28, 2003, p. 24.
- 23 Essas dissertações ainda não foram devidamente estudadas e nenhuma edição contemporânea ainda foi feita das mesmas. Pretendemos futuramente elaborar uma edição crítica das quatro dissertações. Os manuscritos destas obras encontram-se dispersos em três arquivos: na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Os manuscritos contidos nesta última, apesar de terem sido apontados pelo historiador Fábio Pedrosa como originais dos acadêmicos não passam de cópias contemporâneas de outro conjunto documental, provavelmente aquele depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Este conjunto, por sua vez, estava anteriormente no arquivo do Mosteiro de Alcobaça e é do século XVIII. Para além destes documentos, infelizmente, não tivemos acesso aos manuscritos contidos na Sociedade de Geografia de Lisboa para avaliar as suas características precisas.
- 24 A historiografia da atuação cultural e intelectual dos padres jesuítas no Brasil ainda é assaz incipiente.
- 25 Informações retiradas de: SCHWARTZ, op. cit., 1979; MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Guia de fontes primárias sobre os acadêmicos Esquecidos e Renascidos (1724/1759). *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, v. 44, p. 119-420, 2010.
- 26 SCHWARTZ, op. cit., 1979, p. 52.
- 27 No seu livro sobre o Tribunal da Relação, Schwartz afirma que é “claro que os desembargadores eram mais que meros participantes de relacionamentos sociológicos e, como dos demais homens, eles agiam de acordo com ideias, princípios e preconceitos. A inexistência de correspondência pessoal dos magistrados não permite que seja feita uma análise individual desses fenômenos e vários dos princípios e motivações profissionais já foram citados acima. É importante, contudo, lembrar que os juizes eram homens cultos treinados para estudarem cuidadosamente e pensarem bastante antes de tomarem decisões. A educação que receberam e suas tendências intelectuais ligava-os uns aos outros e a um pequeno grupo de brasileiros que formavam a reduzida comunidade intelectual da colônia”. (SCHWARTZ, op. cit., 1979, p. 256). O trecho mencionado da obra de Schwartz aponta para a importância da história intelectual para a compreensão das ideias, princípios e preconceitos que moveram muitas ações e agentes da história do Brasil colonial e mostra também o quão incipiente é a compreensão dos historiadores brasileiros sobre a vida cultural e, sobretudo, sobre a vida intelectual do domínio português da América. Além disso, esse trecho ilustra a hegemonia de uma história social bastante preocupada com aquilo que o autor chamou de *relacionamentos sociológicos*, sem dar muita ou nenhuma atenção para a importância da cultura no desenvolvimento dos eventos históricos.
- 28 Cf. SCHWARTZ, op. cit., 1979, p. 257-258.
- 29 Algumas das obras de Kircher achavam-se presentes nas prateleiras da biblioteca do colégio jesuítico do Rio de Janeiro. Cf. Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 301, p. 212-259, 1973.
- 30 Restaria, contudo, precisar se essa tradição da matéria adotada pelo chanceler da Academia dos Esquecidos aproximava-se mais de uma tradição de fato *Atomista*, que concebia a existência concomitante do ser e do não ser, do átomo e do vazio, ou se, ao contrário, derivava de uma tradição *Corpuscularista*, mais recorrente entre os jesuítas e outros autores mais conservadores. Cf. MEINEL, Christoph. Early Seventeenth-Century Atomism: Theory, Epistemology, and the Insufficiency of Experiment. *Isis*, v. 79, no. 1, p. 68-103, 1988.
- 31 Sobre o contato da cultura da Companhia de Jesus com as novidades da ciência moderna: Estudos gerais: BALDINI, Ugo. *Legem imponem subactis – Studi su filosofia e scienza dei Gesuiti in Italia (1540-1632)*. Roma: Bulzoni Editore, 2006; FEINGOLD, Mordechai. *Jesuit Science and the Republic of Letters*. Cambridge: MIT Press, 2003; UDÍAS, Augustín. *Jesuit contribution to Science: a history*. New York: Springer, 2015; WADDELL, Mark A. *Jesuit Science and the end of nature’s secrets*. Londres: Ashgate, 2015. Estudos sobre a ciência jesuítica em Portugal e seus domínios: ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *Verney e a filosofia portuguesa*. Braga: Livraria Cruz, 1946; CARVALHO, Rômulo de. A doutrina heliocêntrica de Copérnico e a sua aceitação em Portugal. In: *Colectânea de Estudos Históricos (1953-1994)*. Évora: Universidade de Évora, 1997, p. 233-270; CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e Sociedade – A teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; CAROLINO, Luís Miguel & CAMENIETZKI, Carlos Ziller (org.). *Jesuítas, ensino e ciência*. Sintra: Caleidoscópio, 2005.
- 32 CASSI, Aldo Andrea. *Ultramar – L’invenzione europea del Nuovo Mondo*. Bari: Laterza, 2007.
- 33 O autor menciona inúmeros historiadores e geógrafos responsáveis por descrever e estudar as novas terras que seriam dominadas pelos monarcas espanhóis e portugueses. A quantidade de obras citadas e a sua atualidade apontam para a importância desse debate nos espaços de poder dos impérios ultramarinos.
- 34 Cf. KURY, Lorelai. As mil vozes da natureza. In: KURY, Lorelai Brilhante. (Org.) *Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, p. 161-199; GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polémica, 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- 35 A obra de Filippo Picinelli em questão encontrava-se nas estantes da biblioteca da Casa da Vigia. Cf. LEITE, 1943, tomo IV, p. 406.
- 36 Sobre o pensamento de Athanasius Kircher, cf. CAMENIETZKI, op. cit., 1995;
- 37 Cf. o capítulo *Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, In: ANDRADE, op. cit., 1982.

[Artigo recebido em Janeiro de 2020. Aceito para publicação em Setembro de 2020]